

Bolsas Na terça-feira 0,34% São Paulo 0,69% Nova York		Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 124.196 125.148 18/4 19/4 22/4 23/4		Dólar Na terça-feira R\$ 5,130 (- 0,74%)		Últimos 17/abril 5,243 18/abril 5,250 19/abril 5,199 22/abril 5,168
Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na terça-feira R\$ 5,491	CDI Ao ano 10,65%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 10,50%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83		

REFORMA TRIBUTÁRIA

Regras do IVA são enviadas

Com uma semana de atraso, governo deve encaminhar hoje, ao Congresso Nacional, o projeto que regulamenta o Imposto sobre Valor Agregado

» ALINE BRITO
» VICTOR CORREIA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Para o ministro Fernando Haddad, o projeto de lei está tecnicamente pronto para votação

O Ministério da Fazenda deve encaminhar hoje, ao Congresso Nacional, o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária. O documento tem quase 300 páginas e define as principais regras para os impostos sobre consumo. Para o chefe da pasta, Fernando Haddad, as normas representam uma “pequena revolução” no sistema tributário, e o governo se esforçou para apresentar o texto “no jeito” para ser aprovado até o fim deste ano. Ele admite, porém, que parlamentares devem fazer mudanças no projeto, como nos itens que compõem a Cesta Básica de Alimentos. Haddad defendeu que todas as definições técnicas já foram feitas pelo governo, e que cabe ao Congresso debater o aspecto político da reforma.

“Nosso objetivo foi entregar um texto passível de aprovação até o fim do ano. Estamos seguros de que o texto está no jeito para ser aprovado, da maneira como o Congresso entender mais adequado”, disse ontem o chefe da Fazenda a jornalistas na entrada do ministério. Ele havia acabado de voltar de reunião com líderes da Câmara dos Deputados para fechar o acordo pela prorrogação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado ontem na Casa Baixa em votação simbólica.

O governo demorou para apresentar sua proposta, e vem sofrendo críticas dos parlamentares por isso. Pelo menos 13 projetos paralelos de regulamentação já foram protocolados. O texto deveria ter sido entregue na semana passada, mas foi adiado por viagem de Haddad a Washington, Estados Unidos, onde participou de encontro do G20. Na segunda, a Fazenda decidiu dividir a proposta em duas: o projeto

de lei complementar (PLC) que será apresentado hoje; e outro PLC para tratar apenas do Comitê Gestor do Imposto de Bens e Serviços (IBS) e outras questões administrativas.

Segundo a Fazenda, não houve tempo hábil para finalizar a segunda proposta. A expectativa é de que seja entregue ao Congresso na semana que vem. Um outro Projeto de Lei Ordinária (PLO) também será preparado depois para tratar do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado para compensar a perda na arrecadação dos estados com a reforma.

“Preferimos fazer um diálogo prévio com estados e municípios justamente para o Congresso receber um texto já bem adiantado e bem organizado, para deliberar mais rápido”, argumentou Haddad, ao justificar a demora em encaminhar o texto.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, também comentou ontem a regulamentação. Ele participou de reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que vem cobrando a definição. “Na discussão com o Congresso, acho fundamental a participação de todos. A palavra final é do Congresso Nacional”, declarou Appy. “O que ficou para o segundo projeto são as questões relativas ao IBS, a forma de organização do Comitê Gestor, o contencioso administrativo do IBS”, emendou.

Disputa

Sobre a tramitação, o ministro Haddad afirmou que a proposta “tem alguma margem” para mudanças. Devido ao curto tempo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defende que o relato do regimento seja o mesmo

da reforma: o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). “O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo”, declarou Lula ontem durante café da manhã com jornalistas, no Planalto. Ele reconheceu, porém, que é prerrogativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), indicar o relator.

A briga pelo capital político da reforma começa assim que o texto chegar ao Legislativo. Pode ser que, ao chegar ao Congresso, os projetos da Fazenda sejam apensados aos outros 13 paralelos, apresentados por deputados da coalizão de frentes parlamentares. Se isso ocorrer, a oposição vai assumir o protagonismo da regulamentação da reforma. Por outro lado, se o projeto da Fazenda for enviado sob regime de urgência, o governo ganha destaque, e os textos da oposição serão apensados a ele.

CNC LANÇA PROGRAMA VOLTADO PARA STARTUPS NO WEB SUMMIT RIO 2024

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lançou, no Web Summit Rio 2024, o programa CNC Hunting, que buscará startups para auxiliar em desafios que as empresas do setor terciário estão enfrentando no mercado brasileiro.

O lançamento do projeto, que é uma parceria entre a CNC e a plataforma de investimentos Sai do Papel, foi feito pelo diretor de Economia e Inovação da Confederação, Maurício Ogawa. “Conversamos com empresários e percebemos que há uma expectativa muito grande com a inovação. A partir de uma pesquisa, mapeamos e agrupamos os principais desafios do setor, tendo se-

leccionado os temas centrais que compõem o programa”, explicou.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, a curadoria da Confederação é uma ótima iniciativa. “É uma boa oportunidade para que as startups que estão na vanguarda da inovação apresentem projetos à base de empresas associadas à CNC, que, hoje, somam cerca de cinco milhões de estabelecimentos.”

A startup precisa já estar em fase de tração ou escala em todo o território nacional. Inscrições e mais informações no site cnchunting.portaldocomercio.org.br.

Confira a transmissão completa da apresentação do CNC Hunting no canal do Senac-RJ no YouTube.



Web Summit Rio 2024 foi palco do lançamento do CNC Hunting

CONSULADO AMERICANO PREMIA O SESC POR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, recebeu, em nome do Sesc, o Prêmio Brazilian Environmental Leader Award (Bela), realizado pelo Consulado Geral dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.

A premiação tem por objetivo reconhecer lideranças brasileiras que atuam no combate à crise climática e na proteção do meio ambiente. “No momento que a questão ambiental está mobilizando o mundo na busca de ações e soluções para um planeta mais sustentável, o Sistema CNC-Sesc-Senac pode apresentar diversas iniciativas que contribuem para esse importante campo”, disse Tadros.

A homenagem foi um reconhecimento às signi-

ficativas contribuições do Sesc envolvendo a área de conservação de vários biomas brasileiros e de educação ambiental. Entre as diversas áreas naturais protegidas que a instituição mantém está a RPPN Sesc Pantanal, em Mato Grosso, que é a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural do País; a RPPN Sesc Tepequém, em Roraima; a Reserva Natural Sesc Bertioega, em São Paulo; e a Reserva Ecológica Sesc Iparana, no Ceará.

Em todos esses espaços, o trabalho de conservação é integrado ao Turismo Social, que propicia a recepção de hóspedes de todo o Brasil, e ainda à educação ambiental, que engaja as comunidades na conservação da natureza.



O cônsul-geral interino, Steven Royster, e José Roberto Tadros

SENAC NA COMUNIDADE OFERECE MAIS DE MIL VAGAS GRATUITAS DE QUALIFICAÇÃO

O Senac-RJ, em parceria com diversas instituições sociais da região metropolitana do Rio de Janeiro, está com inscrições abertas em cursos gratuitos de capacitação profissional dentro do projeto Senac na Comunidade. Serão oferecidas 1.590 vagas ao longo do ano de 2024 para qualificações nas áreas de tecnologia, gastronomia, beleza, gestão, jardinagem, logística, entre outras.

O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico

de comunidades por meio da formação profissional, estímulo à empregabilidade e geração de renda. Para se inscrever, é necessário apresentar RG, CPF, comprovantes de residência e de escolaridade.

Os cursos são voltados para jovens a partir de 12 anos e adultos em situação de vulnerabilidade social, moradores das regiões e entorno dos espaços parceiros. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail senacnacomunidade@rj.senac.br.

SERVIÇO PÚBLICO

Lula promete reajuste salarial para 2025

» FERNANDA STRICKLAND
» ISABELA STANGA

O presidente Luís Inácio Lula da Silva garantiu, ontem, reajustes salariais a todo o funcionalismo público. Durante café da manhã com jornalistas, o presidente também descartou punições a quem estiver em greve.

Os servidores da educação paralisaram as atividades desde o dia 15 deste mês e pressionam o governo por aumento de salário e benefícios.

“Eu nasci fazendo greve. É um direito legítimo. Só que eles têm que compreender que eles pedem quanto eles querem e a

gente dá o quanto a gente pode”, frisou o presidente. “O pessoal estava muito reprimido. Estamos preparando aumento, muitas vezes não é o que a pessoa pede, mas é o que podemos dar”, completou. Segundo Lula, o aumento salarial não é possível neste ano, devido ao “limite orçamentário”.

Na última sexta-feira, o governo apresentou uma proposta de reajuste de 9% para 2025, o que não foi aceito. O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação da Universidade de Brasília (Sintfub) diz que os profissionais consideraram a proposta “insuficiente para alterar, de fato, a atual realidade da

categoria, que amarga um dos piores salários e carreira do funcionalismo público”.

Em nota, o sindicato afirmou que a educação precisa de investimento. “Os(as) servidores(as) técnicos(as), docentes e estudantes precisam de recursos para melhores salários, carreira, assistência, bem como investimento em infraestrutura, condições de trabalho”, disse a categoria em nota.

Além de rejeitar a proposta, os servidores aprovaram manutenção da greve com ampliação da adesão à paralisação, bem como ampliação das atividades e unidade com docentes e

estudantes. Com isso, afirmaram que farão um ato em frente ao Ministério da Educação.

Segundo os técnico-administrativos da UnB, a pauta da categoria é conhecida do governo e foi apresentada há seis meses. “Nesse período outras carreiras conseguiram valorização, enquanto a educação não entrou no Orçamento como deveria”, frisou a nota.

Os professores da UnB ainda não votaram a proposta, segundo a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnb). Uma assembleia, hoje, votará a manutenção ou não do movimento.